

O ENSINO DE DATILOGRAFIA EM ITAPORÃ (MT) NA DÉCADA DE 1960: cultura material e educação não formal

*Maria Eduarda Ferro
Diana Gonçalves Vidal*

Resumo

O artigo remete-se ao debate historiográfico acerca da cultura material como objeto histórico para apresentar e discorrer sobre a materialidade produzida e acumulada pela prática do ensino da datilografia operado em Itaporã (MT), pela Escola Ideal de Datilografia, a partir da primeira metade da década de 1960. A materialidade colocada em análise é de natureza fotográfica e documental, manuscrita e impressa. Seu exame, cotejado entre si e em paralelo com relatos de protagonistas históricos sobre as práticas vivenciadas no interior da instituição, em especial do proprietário do estabelecimento, apontou um fluxo de procura pela capacitação em um ofício técnico administrativo, como a arte datilográfica, a despeito do perfil econômico agrário e rural da localidade, aparentemente pouco vocacionada a este métier. Dinâmicas de relações sociais emergiram das entrelinhas do Livro de Matrículas, que oportunizaram achados acerca do perfil dos estudantes e das suas respectivas famílias. Ademais, o exercício evidenciou, no contexto da educação não formal, a permeabilidade de aspectos da cultura escolar oriunda dos espaços e práticas de educação formal.

Palavras-chave: Formação Técnica; Cultura Escolar; História da Educação; Mato Grosso; Mato Grosso do Sul.

TYPING TEACHING IN ITAPORÃ (MT) IN THE 1960'S: material culture and non-formal education

Abstract

The article refers to the historiographical debate about material culture as a historical object to present and discuss the materiality produced and accumulated by the practice of teaching typing operated in Itaporã (MT), by the Escola Ideal de Datilografia (Ideal School of Typing), from the first half of the 1960s. The materiality under analysis is photographic and documental, handwritten and printed. Their examination, compared with each other and in parallel with reports by historical protagonists on the practices experienced within the institution, by the owner of the establishment, pointed to a flow of demand for training in a technical administrative craft, such as the typing art, despite of the agrarian and rural economic profile of the locality, apparently little suited to this métier. Dynamics of social relations emerged between the lines of the Enrollment Book, which provided opportunities for findings about the profile of students and their respective families. Furthermore, the exercise showed, in the context of non-formal education, the permeability of aspects of school culture arising from spaces and practices of formal education.

Keywords: Technical Training; School Culture; History of Education; Mato Grosso; South Mato Grosso.

LA ENSEÑANZA DE MECANEO EN ITAPORÃ (MT) EN LA DÉCADA DE 1960: cultura material y educación no formal

Resumen

El artículo se refiere al debate historiográfico sobre la cultura material como objeto histórico para presentar y discutir la materialidad producida y acumulada por la práctica de enseñanza de mecanografía operada en Itaporã (MT), por la Escola Ideal de Datilografia (Escuela Ideal de Mecanografía), a partir de la primera mitad de la década de 1960. La materialidad objeto de análisis es fotográfica y documental, manuscrita e impresa. Su examen, comparado entre sí y en paralelo con relatos de protagonistas históricos sobre las prácticas vividas dentro de la institución, en particular

por parte del dueño del establecimiento, apuntó a un flujo de demanda de formación en un oficio técnico administrativo, como es el arte de la mecanografía, a pesar del perfil económico agrario y rural de la localidad, aparentemente poco adecuado a este oficio. Dinámicas de relaciones sociales surgieron entre líneas del Libro de Matrícula, lo que brindó oportunidades para hallazgos sobre el perfil de los estudiantes y sus respectivas familias. Además, el ejercicio mostró, en el contexto de la educación no formal, la permeabilidad de aspectos de la cultura escolar que surgen de los espacios y prácticas de la educación formal.

Palabras clave: Formación Técnica; Cultura Escolar; Historia de la Educación; Mato Grosso; Mato Grosso del Sur.

Introdução

Os estudos sobre a cultura material têm renovado o olhar sobre as práticas sociais, colocando em evidência a importância dos artefatos e do ambiente e de sua relação com o corpo na construção da experiência humana. A inflexão levou pesquisadores do campo da história (e da história da educação) a se interrogarem sobre as contribuições da antropologia, da etnologia e da arqueologia para a compreensão da dimensão material da existência e dos aspectos associados à motricidade que conformam as condutas de sujeitos e grupos sociais na interação dinâmica com a materialidade do mundo. Mas esta não é uma discussão nova.

Já em 1983, Ulpiano Bezerra de Menezes alertava para a importância da reflexão histórica sobre as “coisas físicas” no entendimento das sociedades e destacava três posturas marcantes da produção historiográfica. Referia-se à História Antiga, mas reconhecia que a crítica era válida para outros domínios da história. A primeira postura consistia na *marginalização* da cultura material, “a supressão, no horizonte histórico, do universo físico”, trazendo como consequência uma concepção desencarnada dos sujeitos históricos e reduzindo a realidade social a estruturas mentais. A segunda, por outro lado, incorporava aspectos da vida material, mas com caráter meramente instrumental, fornecendo elementos para datação dos vestígios do passado ou confirmação das análises historiográficas. A terceira e última era a postura didática, em que prevalecia a utilização dos artefatos como ilustração do discurso do historiador (MENEZES, 1983, p.104-105).

Como forma de superar essas posturas, Menezes propugnava pelo alargamento do conceito de cultura material, abarcando

Aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (MENEZES, 1983, p. 112).

Por esta concepção, a cultura material é percebida tanto como produto quanto como vetor de relações sociais. Ou seja, tanto resulta de “certas formas específicas e historicamente determináveis de organização dos homens em sociedade”, quanto canaliza e dá “condições a que se produzam e efetivem, em certas direções, as relações sociais” (MENEZES, 1983, p. 113).

Para tanto, Ulpiano Bezerra de Menezes defendia um acercamento entre as disciplinas história e arqueologia. Não foi diferente a proposta de Marcelo Rede, em texto publicado 20 anos após. Nele, o diagnóstico de Marcelo Rede era ainda o da insuficiência da produção historiográfica na apropriação das ferramentas da arqueologia para tratamento da cultura material como objeto histórico. A crítica fez o autor enveredar pela antropologia, em particular, pelo trabalho de Jean-Pierre Warnier. No percurso, colocou em relevo duas contribuições. No que tange à interação motricidade corporal, cultura material e representações mentais, destacou a recusa de Warnier a todo e qualquer determinismo, “para propor uma relação plural e não-necessária entre os elementos componentes da realidade” (REDE, 2000, p. 284). No que concerne à chamada “*aporia da causalidade* e as oposições artificiais entre mental e material, entre técnica e sociedade, entre sujeito e objeto”, realçou a atitude de Warnier de propor “uma ação transitiva entre os diversos elementos da equação, evitando oposições apressadas, bem como determinismos incontornáveis” (REDE, 2000, p. 285).

A despeito de reconhecer os aportes de Warnier para o tratamento da problemática, Rede ressaltou a “fraca atenção conferida aos aspectos diacrônicos entre sociedade e cultura material”, “o entendimento da relação corpo/matéria (...) feito a partir de uma observação direta; dito de outro modo, da enquete etnográfica” e a desconsideração da cultura material como documento histórico (REDE, 2003, p. 288-289). Foram estas críticas que fizeram com ele retomasse o interesse pelo ferramental teórico da arqueologia, em sua relação com a etnologia, como no estudo realizado por Sophie Beaune, que visava a uma reconstituição do “gestual corporal pela análise dos traços físicos da cultura material” (REDE, 2000, p. 289).

Esta incursão ligeira e inicial no debate historiográfico acerca da cultura material como objeto histórico suscita alguns pontos relevantes para a análise aqui proposta, inserida no campo da história da educação, mas atinente a práticas não formais de educação. O primeiro e mais imediato deles é que, situada no âmbito da história do tempo presente, a investigação sobre o ensino de datilografia em Itaporã (MT/MS) na década de 1960, pode contar não apenas com o contato direto com os artefatos, como beneficiar-se de relatos dos atores sobre os fazeres instituídos e os usos atribuídos aos objetos, bem como de encenações em que a interação corpo e objeto físico se fez presente. Nesse sentido, aproximou-se de condutas da etnografia. O procedimento estimulou, assim, seguindo os conselhos de Ulpiano Bezerra de Menezes, perceber a cultura material na dupla vertente de produto e vetor de relações sociais, para o caso específico da cidade de Itaporã. O segundo ponto relevante constitui-se do cuidado, como sugere Warnier, em evitar determinismos e perceber novas combinações possíveis na interação corpo e artefato.

Estas questões estão detalhadas nos itens seguintes. Iniciamos pela descrição da escola de datilografia, dos espaços que ocupou, dos equipamentos que foi incorporando e público que atendia. A seguir, detemo-nos nas práticas ensaiadas no seu interior, articuladas com a materialidade e a realidade geográfica, social e histórica de um município no interior

de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. Comentários finais encerram este texto, retornando às digressões expostas nesta Introdução.

A ESCOLA IDEAL DE DATILOGRAFIA

A Escola Ideal de Datilografia iniciou suas atividades no município de Itaporã, então Mato Grosso uno, em agosto de 1963. O termo “escola” fora empregado mesmo havendo, naquele momento, apenas duas máquinas de escrever à disposição para a instrução da técnica que ocupava lugar de destaque no cenário nacional e internacional do período, especialmente em grandes centros urbanos. A formalidade em assumir o termo “Escola” e, portanto, o caráter de instituição de ensino dedicada à oferta de curso livre, ao invés de apenas publicizar a prática de professor independente dessa técnica por meio de uma placa com a inscrição ‘aulas de datilografia’ – o que talvez fosse mais adequado para a realidade em questão –, possivelmente se deva ao perfil visionário do proprietário Francisco de Tavares Santana. Como aprendiz, Santana frequentara instituições com o mesmo status e, tão logo diplomou-se, manteve, em Vila Brasil (atual município de Fátima do Sul-MS), “Escola”, em fins dos anos 1950 com um único equipamento, como atesta registro fotográfico remanescente. Santana havia se iniciado na arte datilográfica em Campo Grande, na segunda metade da década de 1950 e, em razão de deslocamentos geográficos provocados pela atividade missionária exercida pelo pai, diplomou-se em estabelecimento de Dourados, ambos municípios então localizados na porção sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul¹.

Na oportunidade em que a Escola Ideal foi estabelecida em Itaporã, a localidade experimentava seus primeiros anos como município, tendo se emancipado entre 1953-4, após a região passar por um processo de colonização induzida, motivado pela criação da Colônia Municipal de Dourados (CMD). Esse contexto de impulsão de povoamento atraiu migrantes de diversos estados brasileiros, incluindo também famílias provenientes de outros países. Essa circunstância colocava em curso providências de ordenamento do espaço urbano local, com a criação de uma estrutura administrativa própria, além da diversificação do setor de serviços e comércio, porém, a principal vocação econômica da localidade permanecia calcada em atividades rurais. Tal cenário poderia ser considerado pouco promissor à instalação de uma escola de datilografia, entretanto, a longevidade de três décadas experimentada pelo estabelecimento, posteriormente transformado em Escola Ideal de Informática, demonstrou que mesmo a transição tecnológica impelida aos fazeres administrativos e burocráticos não foram capazes de fazê-la sucumbir, de imediato.

A materialidade produzida pela Escola Ideal de Datilografia e sobre as práticas por ela concebidas foi preservada pelo antigo proprietário, mesmo tendo se passado cerca de três décadas do encerramento das atividades do estabelecimento (1963-1993). Um inventário que elaboramos sobre esses guardados dá conta de documentos impressos, manuscritos, iconográficos e tridimensionais. Exemplificando, acham-se conservados diplomas, declarações, material didático elaborado pela escola, exames finais de diplomação dos estudantes, recortes de jornais que publicizaram os trabalhos da instituição em parceria com a prefeitura local, correspondências e exemplares de livros de matrícula, bem como farta documentação fotográfica. Dentre as materialidades tridimensionais, mobiliários e objetos

¹ O estado de Mato Grosso (MT) foi fracionado por força da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que criou o estado de Mato Grosso do Sul (MS).

variados de uso nas atividades em geral, além de equipamentos como máquinas de escrever de modelos distintos.

A fim de fazermos inferências sobre as práticas desencadeadas no interior do estabelecimento, nos servimos de relatos orais do seu fundador e diretor, Francisco de Tavares Santana, proprietário e guardião da materialidade remanescente. Examinamos também fotografias, quadros e documentos impressos referentes à Escola, em especial o primeiro exemplar do Livro de Matrículas.

MATERIALIDADES E PRÁTICAS

A fotografia que marca a solenidade de formatura da primeira turma da Escola Ideal de Datilografia tem a máquina de escrever como elemento de destaque no ponto focal do registro. A cena retratada neste instantâneo não chega a ser uma composição original da Escola Ideal. Outras instituições de mesma vocação ou cursos de datilografia ministrados em estabelecimentos oficiais de ensino também produziram clichê fotográfico similar, no qual os professores encontram-se sentados junto à estrela da cena e os estudantes a margeiam em pé. Dito isso, o que parece merecedor de destaque não é exatamente a composição da cena, mas o ato simbólico de exaltação da técnica datilográfica no contexto rural da Itaporã da década de 1960.

Figura 1: Fotografia da Primeira Turma de Formandos da Escola Ideal de Datilografia (1964)



Adultos e criança em fotografia externa, na frente do Foto Santana, em registro solene da formatura da primeira turma de estudantes da Escola Ideal de Datilografia. 1964. No verso, lê-se: “Escola Ideal’ / oferece o professor / Francisco Tavares Santana / Itaporã 1/1/64”. Fonte: Acervo Francisco Santana, cx. 01.

O enaltecimento da arte datilográfica e a sua associação a elementos da modernidade não foi objeto de criação da Escola Ideal de Datilografia. Mas a adesão a este valor, em Itaporã, certamente foi uma empreita por ela alimentada. Retratos individuais produzidos em estúdio pelo Foto Santana, também testemunham a eleição da máquina de escrever como objeto de cena privilegiado². Neles figuram individualmente moças e rapazes posando de frente ao equipamento em postura de encenação da prática do ofício de datilógrafos, a exemplo da fotografia a seguir, protagonizada por Francisco Santana (Figura 2). Em um deles, lemos anotação manuscrita à lápis, no verso “AMOSTRA”, em provável alusão a modelo a ser exibido para um eventual contratante.

Figura 2: Retrato individual de Francisco Santana em estúdio junto à máquina de escrever (1965)



Francisco Santana em retrato de estúdio, 1965. Fonte: Acervo Francisco Santana, caixa n. 05.

Em seus primeiros tempos, o anúncio publicitário veiculado pelo alto falante da praça central para dar a conhecer a Escola Ideal afixava a presença de um “professor hábil, vindo de São Paulo”. A estratégia, posteriormente revista pela pouca familiaridade do público-alvo com o significado do adjetivo empregado, tinha por objetivo atrelar o estabelecimento à uma aura de progresso, pela disposição de profissional experiente, oriundo de destacado centro urbano. A credibilidade da Escola também foi evocada e atestada por meio de documentação emoldurada com a finalidade de assumir lugar de destaque nas paredes do estabelecimento. Tais quadros foram preservados no acervo remanescente, o que sugere o valor atribuído ao conteúdo que são portadores. Um deles indicia o desejo de dar visibilidade à publicação

² De modo concomitante a família Santana manteve, em Itaporã, a partir de 1963, a casa fotográfica Foto Santana e a Escola Ideal de Datilografia. O registro da formatura em frente à fachada da Foto Santana e não da Escola Ideal denuncia o entrelaçamento das duas atividades. Em comum, ambos estabelecimentos atuavam na prestação de serviços ligados à modernidade. A relação firmada com ofícios com essa particularidade é explorada em Ferro (2022).

original, em papel jornal, no Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso, do registro oficial da Escola. Nele lemos, em 7 artigos, a data de fundação da instituição, a sua localização, além do detalhamento de dados como o nome do seu proprietário e diretor e as competências designadas a este. Dentre elas, menciona-se a responsabilidade pela reformulação do Estatuto da Escola, bem como por representá-la perante qualquer autoridade (ESTADO DE MATO GROSSO, 1964). Outros dois quadros inspiram evocar a finalidade de elevação do prestígio do estabelecimento, ambos exibem certidão emitida pela Prefeitura local em 1964, menos de um ano antes da Escola completar 12 meses de atividade. Nelas consta expressa a legislação municipal que tornou “de utilidade pública, a Escola de Datilografia Ideal” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ, 1964). Sabe-se também, por registros fotográficos e relatos orais, da existência de outros quadros que adornavam o ambiente da escola. Pôsteres destinados a reunir os retratos dos estudantes egressos diplomados, trajando beca e capelo e um diploma emoldurado com a réplica do mesmo retrato solene sugerem que a certificação conferida pelo estabelecimento era algo digno de ser exibido pelo diplomado.

O ofício concomitante de fotógrafo, exercido pelo proprietário da Escola, legou à posteridade farta documentação iconográfica que testemunha as atividades da instituição nas suas três décadas de funcionamento. Por meio da fotografia a seguir (Figura 3), onde vemos três mulheres, conhecemos o interior da Escola Ideal quando esta ainda contava com apenas duas máquinas de escrever, conforme registro manuscrito presente em seu verso. A escolha do enquadramento do instantâneo no formato retrato possivelmente se deve ao fato de o espaço ocupado ser extremamente acanhado. Como mencionou o proprietário, algo tão somente suficiente para acomodar a lotação máxima de três pessoas.

As três personagens que compõem a cena – em pé Margarida, a professora, e sentadas junto aos equipamentos, duas estudantes – fitam diretamente a objetiva do fotógrafo/professor. Seus corpos nos informam sobre a proposta de um registro dirigido, em detrimento da captura espontânea de circunstância aleatória de aula. Além delas, alguns outros elementos oportunizam reflexões sobre as práticas que ali se desenrolavam. O lampião de gás, posicionado no canto superior esquerdo, atesta a inexistência do fornecimento de energia elétrica, informação assegurada pelos relatos orais sobre a época. A oferta de classes nos turnos matutino, vespertino e noturno convertia a peça em item indispensável. A atmosfera modesta é emoldurada pelas paredes de tábua e pelas mesas em madeira que contrastam com os elementos da modernidade ali presentes: as máquinas de ferro. Na parede ao fundo, uma terceira máquina é representada por meio de um retrato ilustrativo e um relógio de dimensões diminutas ocupa lugar na prateleira afixada à parede. O tamanho dessa última peça sugere que se trate de um modelo despertador. Acomodado na estante localizada às costas das estudantes, o relógio permanece ao alcance exclusivo dos olhos da professora, anunciando a existência de um ritmo e um tempo próprio a serem observados na regência das práticas ali desenvolvidas.

Figura 3: Fotografia de sala de aula da Escola Ideal de Datilografia (1963)



Margarida Santana e duas outras senhoras na Escola de Datilografia, 1963. No verso, manuscrito “1ª Escola Datilografia os 1º alunos Escola só 2 máquinas 1963”. Fonte: Acervo Francisco Santana, caixa n. 04.

Outra fotografia nos apresenta o interior da Escola Ideal nos anos 1970 (Figura 4). Neste segundo registro encontramos a sala de aula em retrato no formato paisagem, o que também não parece ser uma escolha aleatória, já que oportuniza a captura de outros elementos a compor o ambiente. Nove pessoas estão presentes na cena, em pé, da esquerda para a direita, Margarida e Francisco, professores e proprietários do estabelecimento, direcionam o olhar para a autoria do registro. Sem reportar-se para a câmera, figura junto a eles um jovem que, por portar-se em pé, possivelmente exercia alguma função junto ao estabelecimento. Ou talvez lá estivesse apenas para dar harmonia à foto, posto que, no canto inferior direito, uma máquina desencapada denuncia a existência de um usuário. Seis estudantes estão sentados de frente às máquinas e nenhum deles olha para a câmera, mas nem por isso a cena aparenta naturalidade. Mais uma vez, os corpos sugerem certa direção do fotógrafo ou fotógrafa, muito provavelmente algum membro da família Santana que mantinha casa fotográfica na mesma localidade, como mencionamos anteriormente.

Figura 4: Fotografia de sala de aula da Escola Ideal de Datilografia (1979)



Margarida Santana e Francisco Santana em sala de aula da Escola Ideal de Datilografia, 1979. No verso, manuscrita a data: “20.02.1979”. Fonte: Acervo Francisco Santana, caixa n. 11.

No canto direito da cena, um dos estudantes permanece com o equipamento encapado. Essa postura remete à narrativa de Santana sobre a conduta que buscavam treinar no aspirante a datilógrafo: ao receber a máquina encapada no início da aula, cabia a este desnudá-la, promover a dobra perfeita da capa e tornar a encapá-la ao término da atividade. Duas lâmpadas irrompem o canto superior direito da sala, informando a chegada da energia elétrica. O crescimento do estabelecimento é atestado pelas sete máquinas presentes na cena, também pelo volume de papéis empilhados na estante e sobre uma mesa ao fundo da sala – antes acomodados em uma prateleira de parede.

Nas paredes, no canto direito, um quadro reúne um conjunto de retratos individuais de formandos trajando beca e portando capelo. Mesmo registro colado posteriormente nos diplomas emitidos pela escola. Ensaando certa simetria ao ambiente, no canto esquerdo, há um outro quadro cujo conteúdo não pode ser identificado. Entre ambos, um calendário e um relógio posicionado às costas dos estudantes, como no retrato anterior. Desta vez, porém, registra-se também a presença de um segundo relógio, grande e afixado na lateral direita da sala, à disposição da consulta de todos os que ali se encontram. A estética da peça sugere que o modelo disponha de alarme sonoro e adorno de pássaro cuco. O ordenamento do espaço físico indicia a reprodução de um ambiente dentro dos códigos presentes nas instituições de ensino formal. Carteiras dispostas de modo enfileirado, marcadores de tempo como calendário e relógios: esses dois últimos elementos, ícones do modelo da educação moderna.

Apesar de ser uma instituição de educação não formal, o estabelecimento manteve práticas escriturárias de organização e administração muito semelhantes às observadas nas instituições regulares de ensino. O Livro de Matrículas adotado pela Escola foi um modelo

impresso, produzido graficamente para essa finalidade, destinado ao uso de estabelecimentos oficiais de ensino. O primeiro volume, que registra as atividades do estabelecimento a partir do ano de 1963, tem em sua capa inscrições que atestam ter sido produzido pelas Tipografias e Livrarias Brasil S/A. Empresa gráfica fundada no final dos anos 1920, em Bauru, interior paulista, e que nas décadas seguintes expandiu os negócios para o comércio de papelaria, tornou-se prestadora de serviços e fornecedora de material de escritório para prefeituras de diversos municípios do estado de São Paulo. Na década de 1970, mudou de nome, tornando-se a Tilibra S/A Comércio e Indústria Gráfica, inscrição presente nos volumes subsequentes de Livros de Matrículas utilizados pela Escola.

A formalidade do estabelecimento em eleger um livro desse tipo, com campos impressos, para arrolar os inscritos no curso de datilografia da Escola Ideal, bem como a opção por preservá-lo, oportunizou o acesso a dados pessoais referentes aos estudantes e às suas famílias. Ao que tudo indica, o preenchimento cuidadoso de todas as colunas nele presentes não obedecia a exigências decorrentes da emissão de certificação final ao concluinte do curso de datilografia. Ao menos isto é o que se depreende do modelo de certificado que conhecemos, portador, tão somente, do nome completo do diplomado. O livro impresso apresentava diversos campos para preenchimento, sendo eles: “Número da matrícula” (por ordem de inscrição); “Número de ordem no grau”; “NOMES”; “IDADES: dia / mês / ano”; “Naturalidade”; “FILIAÇÃO”; “Profissão e nacionalidade do Pai”; “RESIDÊNCIA”; “ÉPOCA DAS INSCRIÇÕES; Da matrícula primitiva / Da matrícula no ano letivo”; “Ano do Curso”; “ELIMINAÇÃO: datas e causas”; “Média do exame” e uma última coluna destinada a “OBSERVAÇÕES”. Para além do que os campos listados propõem, o exame diligente dos registros presentes no Livro dá conta de conteúdos de ordem administrativa, como por exemplo o apontamento sobre o estudante que se desligou da escola por motivo de trabalho “ficando quites com a escola”, conforme lemos no campo “observações”. Mas também conhecemos, por meio dele, apontamentos de ordem pedagógica, como a identificação do número de determinado exame com a especificação das imprecisões cometidas pelo datilógrafo (“5 êrros”) ou o tempo por ele demandado para a conclusão do teste a que fora submetido (“6 minutos” ou “8 minutos”).

Por volta de julho de 1964, portanto pouco antes de a escola completar 12 meses de funcionamento, os apontamentos no Livro de Matrículas sobre o desempenho dos estudantes examinados começam a se tornar esparsos. Tal detalhamento passa a constar apenas nas folhas originais dos exames finais, arquivados por ordem numérica em pastas designadas para este fim. Tal fato pode decorrer do eventual não acúmulo das responsabilidades pelas funções administrativas e encargos pedagógicos do estabelecimento na figura de uma só pessoa. Tal hipótese apoia-se no fato de Margarida Souza, 5^a estudante a se matricular na Escola Ideal e a primeira a por ela se diplomar, ter se tornado professora do estabelecimento a convite de Santana, posteriormente seu noivo e esposo³. Entretanto, é passível de consideração também que, com o desenrolar do tempo, fora desenvolvida uma percepção mais acurada sobre a natureza das informações que deveriam ou não se fazer

³ Margarida de Souza, posteriormente Margarida de Souza Santana, matriculou-se na Escola Ideal de Datilografia em 16/09/1963, vindo a realizar o exame final de certificação de N. 01 em 16/11/1963. A brevidade da diplomação Margarida se deve ao fato dela haver chegado à Escola com habilidades já bastante avançadas, desenvolvidas em curso iniciado em escola na capital paulista.

presentes no Livro de Matrículas. Outras anotações sobre o desempenho dos estudantes aparecem vez ou outra, junto à coluna “Número de ordem no grau” ou ao campo “OBSERVAÇÕES”. Nelas lemos termos como “intermediário” e “rapidez”, assentamento provavelmente realizado após testes de aferição de habilidades de ingressantes com conhecimentos prévios da técnica datilográfica, a exemplo de Margarida.

Uma análise mais detida do conteúdo registrado no primeiro volume do Livro de Matrículas da Escola Ideal de Datilografia nos permite aproximações dos sujeitos encarnados na história. Os dados referentes às idades dos estudantes apontam que o estabelecimento atendeu, durante a década de 1960, meninas, meninos, mulheres e homens que compunham uma extensa faixa etária circunscrita entre oito e 35 anos de idade. A presença de estudantes tão jovens, como os que contavam apenas oito anos, corrobora a informação de Santana, segundo o qual a única habilidade pré-requisito para efetuar a matrícula consistia em ser alfabetizado, afinal, a Escola não prestava esse tipo de formação. Mas, se oito anos de idade pode configurar uma iniciação um tanto quanto prematura na arte datilográfica, é preciso assinalar que a ocorrência de inscritos com idade igual ou inferior aos 12 anos ficou restrita a apenas 18 entre os anos de 1963-1970, o que representa um percentual diminuto dos inscritos no mesmo período (5,26%). Assim, a moda – ou seja, o valor mais frequente – da idade dos estudantes inscritos no curso de datilografia era de 18 anos. Esse dado nos autoriza a supor se tratar predominantemente de jovens em busca de uma qualificação que os diferenciasse no mercado de trabalho e, especialmente, como verificaremos mais adiante, investimento em qualificação profissional diversa do ramo produtivo da família de origem. Antes dessas considerações, ainda com o intuito de traçar um perfil médio do estudante da Escola Ideal nos seus primeiros anos de funcionamento, convém dedicar atenção à análise das matrículas por sexo.

Tabela 1: Perfil das Matrículas por sexo 1963-1970

	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970
F	14	14	13	07	05	11	15	26
M	18	33	46	25	21	20	25	30
T	32	47	59	32	26	31	40	56

Fonte: Elaborada pelas autoras, 2022.

No primeiro ano de funcionamento da escola (1963), que inicia suas atividades no mês de agosto e registra sua primeira matrícula no mês de setembro, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada entre estudantes do sexo feminino (14) e do sexo masculino (18). Nos anos subsequentes, cujo registro de inscritos realiza-se em demanda contínua, portanto durante todos os meses do ano, o movimento de matrículas demonstra uma tendência de mais estudantes do sexo masculino, proporcionalmente em relação às estudantes do sexo feminino (Tabela 1). Tal diferença diminuiu, mas mantém-se presente até o último ano da década de 1960, quando se registram 30 estudantes do sexo masculino para um total de 26 estudantes do sexo feminino.

Essa diferença entre o número de estudantes do sexo masculino e do sexo feminino, com uma presença mais expressiva dos primeiros, possivelmente resulta da cultura de então, segundo a qual as mulheres, quando exerciam atividades profissionais remuneradas, em grande medida, empregavam-se em trabalhos manuais, sem a exigência de níveis elevados de

escolaridade ou especialidade técnica. Muitas delas exerciam o ofício no próprio meio doméstico, como doceiras, bordadeiras, lavadeiras, artesãs, ou no domicílio de terceiros, como domésticas e babás.

É bem verdade que o mercado da arte datilográfica se mostrava aquecido para as mulheres nos grandes centros urbanos desde meados dos anos 1950, como atestam numerosas publicidades presentes em periódicos de grande circulação como a **Folha de S. Paulo** e **O Estado de S. Paulo**, que convocam jovens a inscreverem-se em cursos de datilografia vendendo-os como ferramenta de emancipação econômica feminina ou noticiam postos de trabalho ociosos para os quais eram convocadas jovens com tal habilidade. Entretanto, este não parecia ser o cenário da Itaporã de então⁴.

O Livro de Matrículas da Escola Ideal é portador de dados que oportunizam inferências sobre as origens da ocupação profissional familiar dos seus estudantes. Após analisar os registros dos anos de 1963-1970 e constatar uma diversidade de nomenclaturas em referência às atividades laborativas do pai do estudante inscrito⁵, para efeito de análise, operamos com uma classificação das profissões elencadas em 6 categorias, sendo elas: Atividade Religiosa; Atividade Rural; Comércio; Indústria; Serviços e Serviço Público.

Identificamos, a partir desse exercício, que metade (50%) dos estudantes que vincularam a profissão paterna aos seus registros eram filhos de profissionais ligados a atividades produtivas no meio rural, sendo estes predominantemente lavradores. Na mesma categoria havia também boiadeiros, pecuaristas, criadores, agricultores e apenas um fazendeiro. Assim sendo, além do vínculo com atividades do campo, esses dados sinalizam também que os estudantes eram predominantemente oriundos dos estratos sociais menos favorecidos economicamente, pois apenas um aluno declarou posse de propriedade de terra de grande extensão.

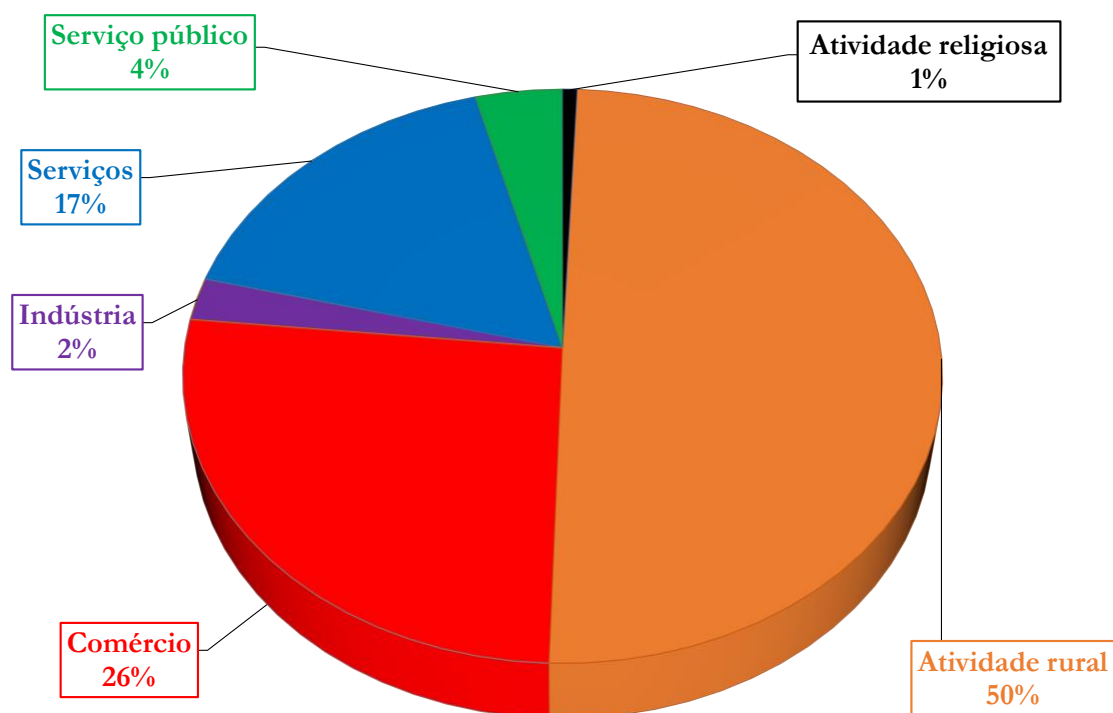
Mais de um quarto (26%) dos estudantes tinha seus pais alocados em serviços ligados ao comércio, tendo sido encontrados registros com os termos “comércio”, “comerciante” e “comerciário”. A diferença entre os comerciantes e comerciários não oferece dúvida quanto ao fato de os primeiros serem proprietários de estabelecimentos ou exercerem a atividade de modo autônomo ambulante e os segundos profissionais serem aqueles que prestam serviços em casas comerciais. Já a expressão “comércio”, de modo genérico, não proporciona uma referência precisa. A terceira categoria representada foi o setor de serviços (17%), que agrupou profissões variadas como: motorista, mecânico, marceneiro, maquinista, ferreiro, oleiro, padeiro, açougueiro, pedreiro, tintureiro, alfaiate, entre outros. Os diversos serviços elencados dão a conhecer expressões de diversificação econômica da Itaporã de então, que experimentava os primeiros anos de elevação da condição de colônia agrícola à município.

⁴ Apesar do teor entusiástico de algumas publicidades, mesmo em grandes centros urbanos moças e senhoras fluentes na arte datilográfica se deparavam com certas amarras para ocuparem postos oficiais de datilógrafas. Tal fato não se achava restrito à política de contratação de empresas privadas, sendo observado até mesmo em alguns concursos públicos, como atesta o edital para o provimento de vagas destinadas à escriturário no Banco do Brasil, publicado em abril de 1957, pelo periódico O Estado de São Paulo. No referido documento constavam previstas duas condições capazes de vetar a aplicação do postulante à vaga, sendo elas: “(a) por mandato ou por intermédio, mesmo parente;” – ou seja, era necessário que o interessado comparecesse para inscrever-se no concurso – e “(b) de candidato do sexo feminino”, cláusula que sentenciava a impossibilidade de mulheres pleitearem o posto. BANCO DO BRASIL S. A. EDITAL, 1957.

⁵ Em apenas dois raros episódios, em um total de 342 matrículas no período, o campo destinado para anotação da “FILIAÇÃO” – é esse o termo exato proposto pelo livro – recebeu como registro o nome da mãe. A prática da declaração praticamente exclusiva do nome paterno como sinônimo de filiação desperta atenção, afinal, por vezes, trata-se de alguém que já não se encontrava mais em vida, como quando lemos a palavra “falecido” acima da paternidade atestada. Os casos excepcionais em que a mãe tem seu nome no campo filiação sugerem paternidade desconhecida, pois o sobrenome desta é o único portado pelo estudante.

As categorias menos representadas foram as ligadas ao “serviço público” (4%), à “indústria” (2%) e à “atividade religiosa” (1%). A primeira abarcou as atividades de prefeito, vereador, secretário da prefeitura, fiscal, delegado e policial. Como mencionado anteriormente, o município estava se estruturando enquanto tal, razão pela qual supõe-se um quantitativo pouco expressivo de profissionais representados, apesar de qualitativamente relevante, como o alto escalão do executivo e do legislativo locais. A segunda categoria contempla os registros de industrial, industriário e armador, e a terceira refere-se a filhos de missionários e ministros evangélicos.

Figura 5: Ocupação profissional familiar dos estudantes matriculados na Escola Ideal



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Os dados inventariados sobre o perfil dos estudantes da Escola Ideal de Datilografia apontam um investimento das famílias ligadas a serviços manuais na educação complementar de seus filhos. A busca pelo domínio da técnica datilográfica – por tradição associada a fazeres burocráticos e administrativos – parece sugerir o desejo e o empenho dos segmentos sociais menos favorecidos economicamente em angariar condições de trabalho distintas das experienciadas originalmente no meio familiar. Afinal, metade do público atendido pela Escola provinha de famílias consagradas ao trabalho no campo e a moda da faixa etária do estudante – 18 anos – corresponde, neste meio, à idade produtiva. Isto significa dizer que o tempo empregado por esta juventude na qualificação técnica em datilografia possivelmente era subtraído de parte de uma jornada laborativa ou então, não menos importante, que se somava a esta, afinal a Escola ofertava aulas de datilografia nos turnos matutino, vespertino e noturno, como atesta a placa de divulgação presente em sua fachada, informação confirmada pelo proprietário Francisco Santana.

Ao debruçar-se sobre as transformações do meio rural no município de Itaporã, entre as décadas de 1940 a 1970, Zanatta (2019) atesta que foi justamente em meados da década de 1960 que começam a se observar os primeiros passos de mecanização da lavoura, ocorrida principalmente após a década de 1970. Tal fenômeno incidirá não apenas em mudanças nas técnicas de manejo da lavoura, mas no tipo de cultivo – que transita da produção manual do café para a cultura mecanizada da soja – e nas relações de sociabilidade no campo. Também é na mesma década que Itaporã sofre um salto populacional em números absolutos de 12.019 para 20.283, sendo relevante destacar que, neste mesmo período, a população urbana mais que dobrou, saltando de 2.592 para 5.525 habitantes. Não dispomos de dados referentes aos primeiros anos da década de 1960 que oportunizem um exercício comparativo do incremento nos postos de trabalho que, eventualmente, motivaram a procura pelas classes de datilografia. Entretanto, é sabido que nos últimos anos da mesma década Itaporã contava com 47 estabelecimentos de prestação de serviços variados; 48 unidades de natureza industrial; 6 estabelecimentos comerciais atacadistas; 130 varejistas e 41 mistos; 2 agências bancárias, 1 agência de correios, entre outros postos de trabalho ligados à Educação e ao serviço público (IBGE, 1970)⁶.

O Livro de Matrículas informa as razões pelas quais o estudante se desvinculou do estabelecimento, se por diplomação ou outros motivos, dentre os quais encontram-se: “doença”, “quartel” – em alusão à convocação para o serviço militar –, “pouco desenvolvimento”, “questão financeira”, “desistência” e mais recorrentemente “mudança”, “transferência” e “trabalho”. Nos primeiros anos, 1963 e 1964, o índice de desistência/abandono é mais expressivo, já as matrículas realizadas a partir do ano de 1965 mostram-se estáveis. A maior parte dos ingressantes do período em análise (1963-1970) diplomaram-se e esse evento se dava mediante a realização de exame final. A análise minuciosa da materialidade apontou como tempo médio para conclusão do curso cerca de 250 dias, ou seja, pouco mais de 8 meses de investimento financeiro e em assiduidade, o que denota considerável empenho em lograr êxito no propósito de diplomar-se. Ainda a partir desses dados, dois outros achados merecem registro. Não se observou uma diferença significativa no tempo de diplomação entre os estudantes de acordo com as distintas ocupações profissionais de origem familiar. Na realidade, a período empregado pelos filhos das famílias que tem por ofício atividades rurais (238,31 dias) mostrou-se ligeiramente inferior ao tempo utilizado pelos filhos das famílias que laboram nas demais categorias (249,87 dias). O berço de origem dos estudantes também não exerceu impacto sobre os episódios de evasão, pois constatou-se que a distribuição daqueles que não se diplomaram, pelos diversos motivos elencados acima, acompanha a proporção representada por cada segmento no todo analisado.

Comentários finais

Um estudo sobre trajetórias poderia trazer elementos para a compreensão do impacto da educação não formal na vida dos estudantes, bem como identificar causas de

⁶ O Censo Escolar de 1964 sumariza, além dos números referentes ao jardim da infância, à educação primária e ao ensino médio, a presença de “uma escola de datilografia e uma de corte e costura” no município (IBGE, 1970, p. 5). O registro da Escola Ideal no inventário “escolar” de Itaporã, mesmo pertencendo à esfera da educação não formal confere um dado reconhecimento da importância do estabelecimento no contexto da instrução local de então.

abandono e as relações entre a educação formal e a não formal na cidade de Itaporã. Por certo, tal investigação aprofundaria as análises no que concerne a perceber a cultura material como produto e vetor das relações sociais, como aconselha Ulpiano Bezerra de Menezes.

Procuramos endereçar estas questões, entretanto, ao entrelaçar as atividades da Escola Ideal de Datilografia às novas demandas sociais emergentes da estruturação administrativa do município de Itaporã, com informado anteriormente, emancipado em 1953-54. O crescimento do tecido urbano favoreceu o aumento de postos de trabalho associados aos elementos da cultura escriturária tanto no comércio, na indústria ou no serviço público, tornando atrativa a aprendizagem da datilografia.

Assim, se a materialidade produzida e preservada pela Escola Ideal de Datilografia ajudou-nos a contar a história do ensino dessa técnica, em Itaporã; indiciou que, a despeito da localidade caracterizar-se predominantemente por uma economia assentada em atividades agrárias, práticas modernas como o ensino de uma arte administrativa e burocrática como a datilografia encontraram lugar nesse meio social, na primeira metade da década de 1960.

As fontes mobilizadas, em particular as fotografias e o relato oral de Francisco Santana, trouxeram vestígios de combinações da interação corpo e artefato, como destaca Warnier. Pousadas, sinalizaram para os usos prescritos da máquina de datilografia pelos estudantes. No entanto, relevaram outros aspectos ao olhar atento, como a exiguidade do espaço tomado pela Escola nos anos iniciais, que procurou ser disfarçado pelo enquadramento do retrato e pela postura da professora próxima às alunas na Figura 3; ou, na Figura 4, o deslocamento de (possivelmente) um estudante para o fundo da sala, aparentemente desconfortável na posição. As imagens propiciaram a percepção também dos demais artefatos que compunham o ambiente, conferindo legitimidade na sua adjetivação de escolar, como as mesas, cadeiras, relógios, pastas, Livro de Matrícula, ou mesmo o quadro de formandos que credenciava a formação oferecida pelo estabelecimento. Do mesmo modo, o enquadramento como paisagem simbolizava o sucesso do empreendimento.

Ao colocar assento na materialidade da escola e das formas de representação (fotografias), a argumentação aqui proposta não enveredou pela análise do conteúdo das aulas, apesar de sabermos que o escrutínio dos materiais didáticos no seu aspecto formal pudesse oferecer outros elementos à interpretação. Mas trata-se de uma vertente bastante explorada em história da educação que demandaria diálogo com uma extensa literatura. Preferimos ficar restritas ao estudo do espaço escolar e dos demais artefatos localizados no ambiente de ensino. Falta de informações mais precisas não nos permitiram avançar na apreciação de outro aspecto material da educação não formal, qual seja, o tempo escolar, para além da duração média da formação e da caracterização das aulas em períodos matutino, vespertino e noturno. Ritmo e cadência da aprendizagem e sua relação com o tempo social seriam ângulos significativos a explorar na compreensão tanto dos alertas de Menezes, quanto de Warnier.

Mais que ausências, os destaques aqui realizados remetem às várias possibilidades de abordagem da cultura material pela história da educação no tratamento do objeto ainda pouco investigado da educação não formal.

REFERÊNCIAS

BANCO DO BRASIL S. A. EDITAL. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 21 abr. 1957. p. 36. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19570421-25143-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 17 mar. 2021.

FERRO, M. E. **Percursos formativos não institucionalizados e a fotografia como ofício familiar**: o caso do coletivo Santana (décadas de 1950-1990). 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. doi:10.11606/T.48.2022.tde-11102022-085456. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48135/tde-11102022-085456/pt-br.php>. Acesso em: 2023-03-11.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Monografia**. 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/114/col_mono_b_n161_itapora.pdf. Acesso em: 17 jun. 2017.

MENESES, U. T. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História, [S. l.]*, n. 115, p. 103-117, 1983. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.v0i115p103-117. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796>. Acesso em: 20 nov. 2022.

REDE, M. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, [S. l.]**, v. 8, n. 1, p. 281-291, 2001. DOI: 10.1590/S0101-47142001000100008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5375>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ZANATTA, P. R. B. **Vivências e experiências**: a colonização e a agricultura itaporanense entre as décadas de 1940 a 1970. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados (MS), 2019. Disponível em: https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2019/10/Dissertação-Paulo-R-B-Zanata_2019.pdf. Acesso em: 2023-03-11.

Fontes

Coleção de entrevistas – SANTANA, Francisco de Tavares. Entrevistas concedidas à Maria Eduarda Ferro. (entre 11 jun. 2018 a 12 jun. 2022).

Coleção de objetos tridimensionais do acervo Francisco de Tavares Santana.

Coleção iconográfica do acervo Francisco de Tavares Santana.

ESCOLA IDEAL DE DATILOGRAFIA. Itaporã (MT/MS). **Livro de Matrículas**. vol. 1 (1963-1978), 49 p.

ESTADO DE MATO GROSSO. Escola de Datilografia “Ideal” de Itaporã. Diário da Justiça do Estado de Mato Grosso. **Suplemento Anexo ao Diário Oficial**. 01. 09. 64.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORÃ. Lei n. 147 de 28 de fevereiro de 1964. Considera de utilidade pública a Escola de Datilografia Ideal. In: **Livro de Registros de Lei**. v. 6, p. 40.